



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PERNAMBUCO - CRM-PE  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

---

**RELATÓRIO DE VISTORIA 1009/2025 - Nº 1**

**Razão Social:** CENTRO TERAPEUTICO LIBERTAÇÃO E VIDA

**Nome Fantasia:** CENTRO TERAPEUTICO LIBERTAÇÃO E VIDA

**CNPJ:**

**Nº CNES:** 7362382

**Endereço:** AVENIDA SEVERINO TAVARES UCHOA, S/N

**Bairro:** LOTEAMENTO AGAMENON MAGALHÃES

**Cidade:** Igarassu - PE

**CEP:** 53610-970

**Telefone(s):** (81) 3459-1880

**E-mail:** ctlv2@hotmail.com

**Diretor(a) Técnico(a):** Dr(a). CRM-PE:

**Sede Administrativa:** Não

**Origem:** OUTRO

**Fato Gerador:** CONSULTA

**Fiscalização Presencial / Fiscalização Não Presencial:** Fiscalização Presencial

**Data da Fiscalização:** 26/08/2025 - 08:00 às 26/08/2025 - 12:00

**Equipe de Fiscalização:** Dr(a). Otávio Augusto de Andrade Valença CRM-PE 9863

**Acompanhante(s)/Informante(s) da instituição:** Alexandre Almeida, Vitor Mateus Oliveira Silva,  
Maelison Sterfeson

**Cargos:** Psicólogo clínico, Agente Administrativo, Auxiliar Terapêutico

**Ano:** 2025

**Processo de Origem:** 1009/2025/PE

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Por determinação deste conselho fomos ao estabelecimento acima identificado verificar as suas condições de funcionamento.

Trata-se de um serviço que interna pacientes com sofrimento mental, com foco na dependência química e alcoólica, com atuação desde 2010, voltado para o público masculino.

A fiscalização foi realizada sem comunicação prévia do CREMEPE ao estabelecimento fiscalizado.

Ao chegar no estabelecimento, o médico fiscal, exibindo sua identidade funcional como credencial para o ato fiscalizatório, solicitou contato com responsável técnico. Na inexistência de responsável técnico foi recebido pela equipe técnica.

## **2. ABRANGÊNCIA DO SERVIÇO**

2.1 Abrangência do Serviço: Local/Municipal

## **3. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL**

3.1 Sinalização de acessos: Não

3.2 Ambiente com conforto térmico: Não

3.3 Ambiente com conforto acústico: Não

3.4 Iluminação suficiente para a realização das atividades com segurança: Sim

3.5 Ambiente com boas condições de higiene e limpeza: Sim

3.6 Instalações livres de trincas, rachaduras, mofo e/ou infiltrações: Sim

3.7 Instalações com acessibilidade para portadores de necessidades especiais – PNE: **Não**

3.8 Sanitários para pacientes: Sim

## **4. CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA EM REGIME DE INTERNAÇÃO**

4.1 Equipe profissional composta por médicos e outros profissionais qualificados, em número adequado à capacidade de vagas do estabelecimento: **Não**

4.2 Há médico plantonista exclusivo para atendimento das intercorrências de pacientes internados: **Não** (Não conta com médicos plantonistas)

4.3 As principais ocorrências do plantão são assentadas em livro próprio ao término de cada jornada de trabalho: **Não**

4.4 Em todos os ambientes médicos onde se realizem turnos de plantão há área de repouso médico: **Não**

4.5 Farmácia/dispensário de medicamentos: **Não** (Os medicamentos são fornecidos pela família e ficam em caixas plásticas individuais depositados em armário)

4.6 Sala de curativo/sutura: **Não**

4.7 Central de material esterilizado (próprio ou terceirizado): **Não**

4.8 Área de expurgo ou sala de utilidades acordo com as regras sanitárias: **Não**

4.9 Depósito de Material de Limpeza: **Não**

4.10 Gerador de energia naqueles serviços onde a interrupção do fornecimento energético comprometa a segurança da assistência: **Não**

## **5. CONVÊNIOS E ATENDIMENTO**

5.1 Convênios e atendimento: Particular

- 5.2 Plantão presencial: Não  
5.3 Plantão em regime de sobreaviso: Não

## 6. DADOS CADASTRAIS

- 6.1 Inscrito junto ao CRM da jurisdição: Não  
6.2 Cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES: Sim  
6.3 Fontes de Custeio: Particular  
6.4 Alvará de Prevenção e Combate a Incêndios – Bombeiros: Não

## 7. EXERCÍCIO LEGAL E ÉTICO DE MEDICINA

- 7.1 O médico assume a responsabilidade sobre todo procedimento médico que indicou ou do qual participou, mesmo quando vários médicos tenham assistido o paciente: Não (Pcientes ficam internados sem médicos plantonistas)  
7.2 É respeitada a vedação à prática ou indicação de atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação vigente no País: Não (A legislação atual estabelece que o cuidado na dependência química precisa de liberdade como condição fundamental)  
7.3 O médico exercendo a Medicina de forma habitual em mais de um estado da federação possui a respectiva inscrição secundária junto ao CRM da jurisdição: Não (Dos 02 médicos, apenas um possui registro no CREMEPE)  
7.4 É respeitada a vedação à utilização de procedimentos não autorizados pelo CFM: Não (Os pacientes são internados em ambiente manicomial, não hospitalar, sem retaguarda médica)

## 8. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE

- 8.1 O estabelecimento conta com Plano de Gerenciamento de RSS: Não  
8.2 Há abrigo externo de RSS: Não

## 9. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

- 9.1 Horário de Funcionamento: 24h  
9.2 Plantão presencial: Não  
9.3 Plantão em regime de sobreaviso: Não

## 10. NATUREZA DO SERVIÇO

- 10.1 Natureza do Serviço: PRIVADO - Lucrativo, GESTÃO - Privada, ENSINO MÉDICO - Não

## 11. ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA (GERAL)

- 11.1 Há garantias de confidencialidade do ato médico: Não  
11.2 Há garantias de privacidade para o paciente: Não  
11.3 Estão garantidas as condições mínimas de segurança para o paciente: Não  
11.4 Adequada prevenção e controle de eventos adversos relacionados à assistência à saúde: Não  
11.5 Adequada disponibilidade e administração de medicamentos: Não (O serviço não oferece as

medicações são adquiridas pelas famílias.)

11.6 Adequadas práticas e condições para prevenção de quedas dos pacientes: **Não**

11.7 Adequada disponibilidade e manutenção de equipamentos e materiais: **Não**

11.8 Adequada estrutura física: **Não**

11.9 Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS): Não

11.10 Há terceirização da prestação de serviços médicos: Não

## **12. PRONTUÁRIO (GERAL)**

12.1 Prontuário físico / papel: Sim

12.2 Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME: Sim

12.3 Prontuário eletrônico: Não

## **13. RESPONSABILIDADE TÉCNICA MÉDICA / DIREÇÃO TÉCNICA MÉDICA**

13.1 A responsabilidade técnica é exercida presencialmente: **Não** (Não há responsável técnico. Há 02 médicos, sendo 01 psiquiatra e 01 clínica, que comparecem em diferentes turnos de trabalho.)

## **14. SEGURANÇA**

14.1 Há controle de acesso de pessoas ao estabelecimento: Sim (Muro alto e cerca elétrica.)

## **15. CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA**

15.1 Porte II (de 51 a 150 leitos de internação): Sim (De acordo com o cadastro do serviço junto ao Ministério da Saúde (CNES) há 54 leitos cadastrados)

15.2 Local/Municipal: Sim

15.3 Internação hospitalar: Sim

15.4 Serviço hospitalar de urgência e emergência: Sim

15.5 Eletroconvulsoterapia: Não

15.6 Neuropsicocirurgia: Não

## **16. CONSULTÓRIO PSIQUIATRIA - GRUPO 1 # CONSULTÓRIO MÉDICO**

16.1 Há garantias de privacidade para o paciente: Não

16.2 Há garantias de confidencialidade do ato médico: Não

16.3 2 cadeiras ou poltronas - uma para o paciente e outra para o acompanhante: Não

16.4 1 cadeira ou poltrona para o médico: Sim

16.5 1 mesa / birô: Sim

16.6 1 maca acolchoada simples, revestida com material impermeável: Não

16.7 Lençóis para as macas: Não

16.8 1 escada de 2 ou 3 degraus para acesso dos pacientes à maca: Não

16.9 Medicamentos sujeitos à controle especial no local: Não

16.10 1 pia ou lavabo: Não (Sala que serve como consultório improvisado comum para clínica e psiquiatra conta com banheiro anexo)

16.11 1 esfigmomanômetro: Não

16.12 1 estetoscópio clínico: Não

16.13 1 termômetro clínico: Não

- 16.14 1 martelo para exame neurológico: Não
- 16.15 1 lanterna com pilhas: Não
- 16.16 Abaixadores de língua descartáveis: Não
- 16.17 Luvas descartáveis: Não
- 16.18 1 negatoscópio ou outro meio digital que possibilite a leitura da imagem: Não
- 16.19 1 otoscópio: Não
- 16.20 1 balança antropométrica adequada à faixa etária: Não
- 16.21 1 fita métrica plástica flexível inelástica: Não
- 16.22 1 oftalmoscópio: Não

## **17. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS / FARMÁCIA**

- 17.1 Dispensário de medicamentos: Não
- 17.2 Padronização de medicamentos: Não
- 17.3 As condições de armazenamento são adequadas: Sim
- 17.4 Registro de controle de datas de vencimentos dos medicamentos estocados: Não
- 17.5 Dose individualizada: Sim
- 17.6 Medicamentos sujeitos a controle especial: Sim (Os medicamentos são guardados em recipientes exclusivos de cada paciente e as medicações são fornecidas pelas famílias.)
- 17.7 Sob a responsabilidade do farmacêutico: Não

## **18. INDICADORES**

- 18.1 Leitos planejados: 54

## **19. INFRAESTRUTURA**

- 19.1 Instalações para atividades educativas: Não (Há um alpendre onde são realizadas atividades em grupo)
- 19.2 Copa/Cozinha: Sim
- 19.3 Depósito de Material de Limpeza - DML: Não
- 19.4 Sanitário para pacientes – masculino: Sim
- 19.5 Sanitário adaptado para PCD: Não
- 19.6 Expurgo/Lixo seletivo: Não
- 19.7 Recepção: Sim
- 19.8 Sala Administrativa/Financeira: Sim
- 19.9 Gerador de energia elétrica: Não
- 19.10 Ambulância: Não
- 19.11 1 sala/consultório para Psicologia: Não
- 19.12 1 sala para Educador Físico: Não
- 19.13 1 sala para Serviço Social: Não
- 19.14 1 sala para Enfermagem: Não
- 19.15 1 sala para Nutricionista: Não
- 19.16 1 sala para Terapeuta Ocupacional/Fisioterapeuta: Não
- 19.17 1 sala para Farmacêutico: Não
- 19.18 1 posto de Enfermagem para cada 60 leitos: Sim
- 19.19 1 consultório para o Médico Plantonista: Não (O serviço não conta com médicos plantonistas, não havendo qualquer estrutura de suporte para Plantão Médico. Observa-se uma sala com mesa e cadeira para o médico, como um esboço de consultório improvisado junto à área administrativa do estabelecimento)
- 19.20 1 sala para procedimentos médicos e de enfermagem (curativos, suturas etc.): Sim
- 19.21 1 farmácia: Não

- 19.22 1 quarto com instalações sanitárias completas para Médico Plantonista: Não
- 19.23 Central de Material Esterilizado: Não
- 19.24 1 consultório para o psiquiatra assistente: Não
- 19.25 Enfermaria ou quarto para internação: Sim
- 19.26 Enfermaria para estabilização/observação clínica: Não
- 19.27 Enfermaria para contenção física e sedação: Não (É a mesma sala da observação clínica que conta com leito único)
- 19.28 1 consultório para o clínico geral ou outro especialista não psiquiatra: Não
- 19.29 Laboratório de análises clínicas disponível no estabelecimento: Não
- 19.30 Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem no estabelecimento: Não

## **20. ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA**

- 20.1 Médico psiquiatra assistente (um para cada 40 pacientes): Não (Serviço conta com um único psiquiatra assistente que comparece apenas semanal ou quinzenalmente)
- 20.2 Médico plantonista (um para cada 400 pacientes): Não
- 20.3 Enfermeiro (um para cada 40 pacientes, das 07h às 19h): Sim
- 20.4 Psicólogo (um para cada 60 pacientes): Sim
- 20.5 Terapeuta Ocupacional ou Educador Físico (um para cada 60 pacientes): Não
- 20.6 Nutricionista: Não
- 20.7 Farmacêutico: Não
- 20.8 Cirurgião dentista: Não
- 20.9 Fisioterapeuta: Não
- 20.10 Laudo médico circunstanciado para a internação: Não
- 20.11 Há consentimento livre e esclarecido para internação psiquiátrica: Não
- 20.12 Laudo médico circunstanciado para a internação: Não
- 20.13 Há concordância de responsável legal para a internação psiquiátrica involuntária: Não
- 20.14 Respeita as condições estabelecidas para a internação involuntária: Não
- 20.15 Internação involuntária é comunicada pelo diretor técnico ao Ministério Público no prazo de até 72 horas: Não
- 20.16 Alta de internação involuntária é comunicada pelo diretor técnico ao Ministério Público no prazo de até 72 horas: Não

## **21. POSTO DE ENFERMAGEM**

- 21.1 Há disponibilidade de um posto de enfermagem a cada 30 leitos: Sim
- 21.2 Respeita área mínima de 6m<sup>2</sup>: Sim
- 21.3 Torneira com água fria: Sim
- 21.4 Elétrica de emergência: Não
- 21.5 Sinalização de enfermagem – Chamada de enfermagem: Não
- 21.6 Recipiente rígido para descarte de material perfurocortante: Não
- 21.7 Equipamentos de proteção individual - EPIs: Não

## **22. PROJETO TERAPÊUTICO INSTITUCIONAL**

- 22.1 Psicofármacos padronizados na instituição: Não
- 22.2 Medicamentos para uso em clínica médica: Não
- 22.3 Psicoterapia individual: Sim
- 22.4 Psicoterapia de Grupo: Sim

## 23. PRONTUÁRIO

- 23.1 Laudo médico circunstanciado para a internação: Não
- 23.2 Projeto terapêutico individual singular: Não
- 23.3 Prescrição diária – paciente agudo/observação clínica/contenção: Não
- 23.4 Evolução diária – paciente agudo/observação clínica/contenção: Não
- 23.5 Prescrição três vezes por semana – paciente estabilizado: Não
- 23.6 Evolução três vezes por semana – paciente estabilizado: Não
- 23.7 Registros de controle e acompanhamento por psiquiatra: Sim
- 23.8 Registros de controle e acompanhamento por clínico e/ou outros especialistas: Sim

## 24. REPOUSO MÉDICO

- 24.1 Área de repouso médico: Não

## 25. SALA DE OBSERVAÇÃO CLÍNICA

- 25.1 Cânulas orofaríngeas (Guedel): Não
- 25.2 Ventilador manual do tipo balão autoinflável com reservatório e máscara: Não
- 25.3 Desfibrilador Externo Automático (DEA): Não (Havia um desfibrilador DEA guardado em armário sem rotinas de uso)
- 25.4 Oxímetro de pulso: Não
- 25.5 Fonte de oxigênio medicinal: Sim (Cilindro de oxigênio único sem fixação em carrinho ou corrente)
- 25.6 Rede fixa / parede: Não
- 25.7 Cilindro(s): Sim
- 25.8 Fixo(s) à parede, ou em carrinho apropriado para transporte e armazenamento: Não
- 25.9 Máscara aplicadora, extensor e umidificador: Não
- 25.10 Adrenalina (Epinefrina): Não
- 25.11 Caixa rígida coletora para material perfurocortante: Não
- 25.12 Suporte para fluido endovenoso: Não

## 26. CORPO CLÍNICO

CRM	NOME	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
17501-PB	MARIA EDUARDA DE MENEZES NUNES	Regular	em processo de contratação, com CRM de outro estado.
23765-PE	KLECYUS CABRAL DOS REIS (PSIQUIATRIA (Registro: 14727))	Regular	médico mais antigo, há registro de suas atividades nos formulários observados

## 27. CONSTATAÇÕES

- 27.1 O serviço está sendo revistoriado sem modificação significativa das situações encontradas

anteriormente, sem médico plantonista, sem rotinas psiquiátricas que garantam o mínimo de segurança ao ato médico.

27.2 O serviço interna majoritariamente homens com dependência química , voluntária ou involuntariamente, sem equipe médica mínima.

## **28. RECOMENDAÇÕES**

### **28.1 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL:**

28.1.1. **Sinalização de acessos:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Normativa relacionada: RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 7º Inciso II alínea “b”

28.1.2. **Ambiente com conforto térmico:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “b” e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 36

28.1.3. **Ambiente com conforto acústico:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “b” e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 36

### **28.2 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA (GERAL):**

28.2.1. **Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS):** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010: Artigo 20 Inciso I, RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 23 Inciso X e Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Resolução Conama nº 358, de 29 de abril de 2005: Artigo 2º Inciso XI

### **28.3 POSTO DE ENFERMAGEM:**

28.3.1. **Elétrica de emergência:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

28.3.2. **Sinalização de enfermagem – Chamada de enfermagem:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativas relacionadas: RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

28.3.3. **Recipiente rígido para descarte de material perfurocortante:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016)

### **28.4 DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS / FARMÁCIA:**

28.4.1. **Sob a responsabilidade do farmacêutico:** Item recomendatório conforme Normativa relacionada: Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998

28.4.2. **Registro de controle de datas de vencimentos dos medicamentos estocados:** Item recomendatório conforme Normativa relacionada: RDC Anvisa nº 304, de 17 de setembro de 2019

### **28.5 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE:**



28.5.1. **O estabelecimento conta com Plano de Gerenciamento de RSS:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Normativa relacionada: RDC Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018: Artigo 5º

## 29. IRREGULARIDADES

### 29.1 CONSTATAÇÕES:

29.1.1. **Albergamentos Manicomiais, sem retaguarda técnica multidisciplinar, como Internamento.** Em desconformidade com a Lei 10.216/ 2001 do Ministério da Saúde que estabelece a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, além de redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. A lei visa garantir o tratamento humanizado e em liberdade, com foco na recuperação e inserção social dessas pessoas.

29.1.2. **Serviço funciona sem retaguarda médica e sem insumos de suporte à vida.** Em não conformidade com a Resolução CFM 1.451/ 95, que estabelece critérios mínimos para atendimento de urgência e emergência e define como é constituída a equipe médica e os recursos técnicos essenciais para esses serviços, buscando garantir um atendimento de qualidade e segurança para a população.

### 29.2 CONSULTÓRIO PSIQUIATRIA - GRUPO 1 # CONSULTÓRIO MÉDICO:

29.2.1. **1 negatoscópio ou outro meio digital que possibilite a leitura da imagem. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.2. **1 lanterna com pilhas. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.3. **1 martelo para exame neurológico. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.4. **1 termômetro clínico. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.5. **1 estetoscópio clínico. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.6. **1 esfigmomanômetro. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.7. **1 pia ou lavabo. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.8. **2 cadeiras ou poltronas - uma para o paciente e outra para o acompanhante. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

29.2.9. **Há garantias de confidencialidade do ato médico. Não.** Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Resolução CFM nº 2.056/2013 - Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013} e Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde - PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea "b" e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

29.2.10. **Há garantias de privacidade para o paciente. Não.** Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Resolução CFM nº 2.056/2013 - Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013} e Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde - PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea "b" e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

### 29.3 POSTO DE ENFERMAGEM:

29.3.1. **Equipamentos de proteção individual - EPIs. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011. RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013

#### **29.4 RESPONSABILIDADE TÉCNICA MÉDICA / DIREÇÃO TÉCNICA MÉDICA:**

**29.4.1. A responsabilidade técnica é exercida presencialmente. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo Artigo 11. Artigo 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

#### **29.5 EXERCÍCIO LEGAL E ÉTICO DE MEDICINA:**

**29.5.1. O médico assume a responsabilidade sobre todo procedimento médico que indicou ou do qual participou, mesmo quando vários médicos tenham assistido o paciente. Não.** Item não conforme Artigo 3º do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.5.2. É respeitada a vedação à prática ou indicação de atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação vigente no País. Não.** Item não conforme Artigo 14 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.5.3. É respeitada a vedação à utilização de procedimentos não autorizados pelo CFM. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.327/2022: Artigo 2º

**29.5.4. O médico exercendo a Medicina de forma habitual em mais de um estado da federação possui a respectiva inscrição secundária junto ao CRM da jurisdição. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.331/2023: Artigo 3º. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e IV. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovada pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativa relacionada: Lei Nº 3.268, de 30 de setembro de 1957: Artigo 18 Parágrafo Segundo

#### **29.6 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL:**

**29.6.1. Instalações com acessibilidade para portadores de necessidades especiais – PNE. Não.** Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17 e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013) e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

#### **29.7 PRONTUÁRIO:**

**29.7.1. Evolução três vezes por semana – paciente estabilizado. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 16 Parágrafo Segundo. Artigos 17, 18 e 87 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 45 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024: Artigo 4º Inciso I alínea “d”

**29.7.2. Prescrição três vezes por semana – paciente estabilizado. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 16 Parágrafo Segundo. Artigos 17, 18 e 87 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 45 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024: Artigo 4º Inciso I alínea “d”

**29.7.3. Evolução diária – paciente agudo/observação clínica/contenção. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 16 Parágrafo Segundo. Artigos 17, 18 e 87 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 45 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 –

Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024: Artigo 4º Inciso I alínea “d”

29.7.4. **Prescrição diária – paciente agudo/observação clínica/contenção. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 16 Parágrafo Segundo. Artigos 17, 18 e 87 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 45 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024: Artigo 4º Inciso I alínea “d”

29.7.5. **Projeto terapêutico individual singular. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 16 Parágrafo Primeiro. Artigos 17, 18 e 87 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 45 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024: Artigo 4º Inciso I alínea “d”

29.7.6. **Lauda médico circunstanciado para a internação. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 29. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 39 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001

## 29.8 REPOUSO MÉDICO:

29.8.1. **Área de repouso médico. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV alínea “h” e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.079/2014 e Anexo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

## 29.9 SALA DE OBSERVAÇÃO CLÍNICA:

29.9.1. **Suporte para fluido endovenoso. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.9.2. **Caixa rígida coletora para material perfurocortante. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.9.3. **Adrenalina (Epinefrina). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.9.4. **Máscara aplicadora, extensor e umidificador. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.9.5. **Fixo(s) à parede, ou em carrinho apropriado para transporte e armazenamento. Não.** Item não conforme “Exposição injustificada a risco de queda sobre pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde” - Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I, Artigo 17 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.053/2013). Normativas relacionadas: RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

29.9.6. **Oxímetro de pulso. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.9.7. **Desfibrilador Externo Automático (DEA). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11

Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.9.8. Ventilador manual do tipo balão autoinflável com reservatório e máscara. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.9.9. Cânulas orofaríngeas (Guedel). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XI. Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

## **29.10 INFRAESTRUTURA:**

**29.10.1. Enfermaria para contenção física e sedação. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.2. Enfermaria para estabilização/observação clínica. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.3. Expurgo/Lixo seletivo. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 10 Inciso IV. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.4. Sanitário adaptado para PCD. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 10 Inciso IV. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.5. Depósito de Material de Limpeza - DML. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 10 Inciso IV. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.6. Instalações para atividades educativas. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 10 Inciso I. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.7. 1 consultório para o psiquiatra assistente. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

**29.10.8. 1 quarto com instalações sanitárias completas para Médico Plantonista. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Parágrafo IV alínea “h” e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Parecer CFM nº 12/2015

**29.10.9. 1 farmácia. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 –

Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.10. **1 consultório para o Médico Plantonista. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.11. **1 sala para Farmacêutico. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.12. **1 sala para Terapeuta Ocupacional/Fisioterapeuta. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.13. **1 sala para Nutricionista. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.14. **1 sala para Enfermagem. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.15. **1 sala para Serviço Social. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.16. **1 sala para Educador Físico. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

29.10.17. **1 sala/consultório para Psicologia. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo II. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I, II e X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

## **29.11 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA:**

29.11.1. **Alta de internação involuntária é comunicada pelo diretor técnico ao Ministério Público no prazo de até 72 horas. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 31 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 42 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativa relacionada: Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001

29.11.2. **Internação involuntária é comunicada pelo diretor técnico ao Ministério Público no prazo de até 72 horas. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 31 Parágrafo Segundo. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 42 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativa

relacionada: Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001

29.11.3. **Respeita as condições estabelecidas para a internação involuntária. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 31. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 41 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativa relacionada: Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001

29.11.4. **Há consentimento livre e esclarecido para internação psiquiátrica. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 29 Parágrafo Primeiro. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 40 Inciso I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativa relacionada: Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001

29.11.5. **Lauda médico circunstanciado para a internação. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 29. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 39 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001

29.11.6. **Farmacêutico. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001

29.11.7. **Nutricionista. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001

29.11.8. **Terapeuta Ocupacional ou Educador Físico (um para cada 60 pacientes). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001

29.11.9. **Médico psiquiatra assistente (um para cada 40 pacientes). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001

29.11.10. **Medico plantonista (um para cada 400 pacientes). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.057/2013 – Anexo I: Artigo 11. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Resolução CFM nº 2.416/2024. Normativa relacionada: Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001

## **29.12 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA (GERAL):**

29.12.1. **Adequada estrutura física. Não.** Item não conforme Exposição do paciente a riscos relacionados à estrutura física. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela

Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

**29.12.2. Adequadas práticas e condições para prevenção de quedas dos pacientes. Não.** Item não conforme Exposição do paciente a riscos relacionados às práticas e condições para prevenção de quedas dos pacientes. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

**29.12.3. Adequada disponibilidade e manutenção de equipamentos e materiais. Não.** Item não conforme Exposição do paciente a riscos relacionados à disponibilidade e manutenção de equipamentos e materiais. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

**29.12.4. Adequada disponibilidade e administração de medicamentos. Não.** Item não conforme Exposição do paciente a riscos relacionados à disponibilidade e administração de medicamentos. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

**29.12.5. Adequada prevenção e controle de eventos adversos relacionados à assistência à saúde. Não.** Item não conforme Exposição do paciente a riscos relacionados à prevenção e controle de eventos adversos. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011

**29.12.6. Estão garantidas as condições mínimas de segurança para o paciente. Não.** Item não conforme Exposição do paciente a riscos. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alíneas “a” e “f”. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigos 8º e 36

**29.12.7. Há garantias de privacidade para o paciente. Não.** Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “e” e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

**29.12.8. Há garantias de confidencialidade do ato médico. Não.** Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º Parágrafo Único Inciso III alínea “e” e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

## **29.13 DADOS CADASTRAIS:**

**29.13.1. Alvará de Prevenção e Combate a Incêndios – Bombeiros. Não.** Item não conforme

Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 64 e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.13.2. **Inscrito junto ao CRM da jurisdição. Não.** Item não conforme Artigos 17, 19 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 997/1980. Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 2º. Normativa relacionada: Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980: Artigo 1º. De acordo com a Resolução do CREMEPE 05/2016, estas Comunidades Terapêuticas não se caracterizam como ambiente médico\ serviços de saúde, acarretando na impossibilidade de regulamentação; registro; cadastro ou inscrição pelo Conselho de Medicina.

29.13.3. **Estabelecimento inscrito junto ao CRM. Não.** Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Item não conforme Resolução CFM nº 997/1980. Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 2º.

29.13.4. **Médico formalizado na função de diretor/responsável técnico. Não.** Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 e Anexo. Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 e Anexo. Normativa relacionada: Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932: Artigo 28.

#### **29.14 CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA EM REGIME DE INTERNAÇÃO:**

29.14.1. **Gerador de energia naqueles serviços onde a interrupção do fornecimento energético comprometa a segurança da assistência. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso XIII. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.2. **Depósito de Material de Limpeza. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso X. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.3. **Área de expurgo ou sala de utilidades acordo com as regras sanitárias. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IX. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.4. **Central de material esterilizado (próprio ou terceirizado). Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso VIII. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.5. **Sala de curativo/sutura. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso VII. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.6. **Farmácia/dispensário de medicamentos. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso V. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.7. **Em todos os ambientes médicos onde se realizem turnos de plantão há área de repouso médico. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV alínea “h”. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.8. **As principais ocorrências do plantão são assentadas em livro próprio ao término de cada jornada de trabalho. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV alínea “b”. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

29.14.9. **Há médico plantonista exclusivo para atendimento das intercorrências de pacientes internados. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso IV. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018.



Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

**29.14.10. Equipe profissional composta por médicos e outros profissionais qualificados, em número adequado à capacidade de vagas do estabelecimento. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 26 Inciso I. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X

#### **29.15 NOTIFICAÇÃO IMEDIATA:**

**29.15.1. Há Diretor Técnico Médico formalizado junto ao Conselho Regional de Medicina. Não.** Irregularidade elegível para notificação imediata, conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I alínea “e”

**29.15.2. Escalas de médicos plantonistas estão completas, garantindo a continuidade da segurança assistencial. Não.** Irregularidade elegível para notificação imediata, conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I alínea “c”

**29.15.3. Os equipamentos e/ou insumos de suporte à vida estão disponíveis e em condições plenas de funcionamento. Não.** Irregularidade elegível para notificação imediata, conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I alínea “a”

#### **29.16 INFORMAÇÕES CADASTRAIS / CORPO CLÍNICO:**

**29.16.1. O Corpo Clínico constatado durante a vistoria está atualizado junto ao CRM. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 7º. Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018.

### **30. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa vistoria pretende informar as condições do serviço frente ao TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA da SINDICÂNCIA Nº 218/2023.

Verifica-se recorrente inconsistência técnica e ética na atenção médica ali prestada pelo que se sugere encaminhar cópia deste relatório para:

- Gerência de Atenção à Saúde Mental – GASAM, que é a gerência, dentro da SES-PE, responsável pela condução da Política Estadual de Saúde Mental (Telefones: (81) 3184-0570 / 0581 / 0582 E-mail: gasam.saude@gmail.com)
- APEVISA (Telefone: (81) 3181.6425/6065, E-mail: apevisa@saude.pe.gov.br)
- Ministério Público de Pernambuco (MPPE) - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CAO MPPE.
- Ao setor de Processos do CREMEPE para informar a Sindicância 218/ 2023 para a responsabilização dos médicos nos internamentos de pacientes sem supervisão nem retaguarda médica.

Por fim, o acesso ao Espaço do Fiscalizado se dá por meio do link:  
<https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/espaco-fiscalizado/#/>

Igarassu - PE, 26 de Agosto de 2025.



---

**Dr(a). Otávio Augusto de Andrade Valença**

**CRM - PE - 9863**

**Médico(a) Fiscal**

### **31. ANEXOS**



DADOS CADASTRAIS - Registro Fotográfico da Fachada

Hospitalar - Leitos		
Descrição	Leitos Existentes	Leitos SUS
OUTRAS ESPECIALIDADES		
47 - PSIQUIATRIA	54	0

CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA - Porte II (de 51 a 150 leitos de internação)

# ANAMNESE PSIQUIÁTRICA

Nome: <u>Cleto Martins Silva</u>		Data: <u>24/07/25</u>
Idade: <u>45 anos</u>	Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro   <input checked="" type="checkbox"/> Casado   <input type="checkbox"/> Divorciado	Profissão: <u>Unipar</u>
Tipo de atendimento: <input checked="" type="checkbox"/> Voluntário   <input type="checkbox"/> Involuntário		

**RAZÃO PARA ENCAMINHAMENTO**

Desordem ansiosa.

**HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL**

Desordem ansiosa no "coração".

**ANTECEDENTES PESSOAIS**

Não possui problemas.

**HISTÓRIA MÉDICO-PSIQUIÁTRICA**

Não possui nenhum problema.

**HISTÓRIA DE ATENDIMENTOS PARA PROBLEMAS COM DROGAS**

Não possui problemas.

**EXAME PSIQUICO**

Alto, magro e com o peso e espreg.

anamnese psiquiátrica sucinta, com letra de difícil compreensão



**ANAMNESE**

Nome: Cleiton Martin da Silva Data: \_\_\_\_\_

Idade: 45 anos Estado Civil: ☐ Solteiro | ☐ Casado | ☐ Divorciado Profissão: \_\_\_\_\_

Tipo de Internamento: ☐ Voluntário | ☐ Involuntário

**QUEIXA PRINCIPAL**

\_\_\_\_\_

**HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL**

\_\_\_\_\_

**EXAME FÍSICO**

\_\_\_\_\_

**MEDICAÇÃO DE USO CONTÍNUO**

Diazepam 10mg (5-0-3)

Risperidona 2mg (10-0-3)

**HISTÓRIA MÉDICO-PSIQUIÁTRICA**

\_\_\_\_\_

**ANTECEDENTES PESSOAIS**

Não digno de nota

Alcoolismo: ausente

**ANTECEDENTES PESSOAIS**

\_\_\_\_\_

a ficha da avaliação clínica também bastante sucinta com informações inconsistentes ou ausentes



## ANAMNESE

TESTES DIAGNÓSTICOS

NECESSÁRIO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO  
M [ ] NÃO

HISTÓRIA

VACINAÇÕES

22/07/15

ASSINATURA

Marcelo Eduardo de M. Nunes  
Médico  
CRM-PR 17.501

a segunda folha da evolução Clínica reitera as ausências e inconsistências de informações

**ENTR.:**

~~Alexandre Almeida~~  
~~Psicólogo~~  
~~CRP 02/16400~~

Alexandre Almeida  
psicólogo  
CRM 0218400

Alexandre Almeida  
 Psicólogo  
 CRP 02/18480

Alexandre Almeida  
Psicólogo  
CRP 02/15440

Alexandre Almeida  
Zavattaro  
RP 02/18480

www.ctlibertacaoevida.com.br

24 / 30



**PRONTUARIO**

**ENTR.: Plantas diurnas**

**IE: Ruteon marinho Silva**

07/08/25 - Paciente EGR, consciente, orientado, 59V, 164cm, 72kg, bem alterado, sem queixas, pleuro, PA=111x72 mmHg, FC=82 bpm, saturação de O<sub>2</sub>=96%, T=36,3°C, 07/08/25, não apresenta queixas, medicação conforme prescrição médica, segue em observação médica, segue em observação médica.

**Ana Rosa Rodrigues Dos Santos**  
COREN-PE 002.108.205 - TE

**Plantas Noturnas (19h a 7h) 05/07/25**

paciente consciente, orientado, estável, PA=104x64 FC 88, segue em observação médica, medicação conforme prescrição médica. Obs: hoje foi queixou de dor na torção, foi medicado com tenosilax.

**Fabiana da Silva**  
COREN-PE 002.293.430 - TE

**Plantas diurnas (08h a 16h)**

paciente consciente, orientado, estável, PA=104x64 FC 88, segue em observação médica, medicação conforme prescrição médica. Obs: hoje foi queixou de dor na torção, foi medicado com tenosilax.

**Fabiana da Silva**  
COREN-PE 002.293.430 - TE

**Plantas Noturnas (19h a 7h) 07 de julho 25**

paciente consciente, orientado, estável, segue em observação médica, medicação conforme prescrição médica, segue em observação médica.

**Fabiana da Silva**  
COREN-PE 002.293.430 - TE

**Plantas diurnas (08h a 16h) 08/07/2025**

Paciente EGR, consciente, orientado, bem alterado, sem queixas, pleuro, PA=111x72 mmHg, FC=82 bpm, saturação de O<sub>2</sub>=96%, T=36,3°C, 08/07/25, não apresenta queixas, medicação conforme prescrição médica, segue em observação médica.

**Eliene Maria Mendes**  
COREN-PE 002.518 - TE

CENTRO TERAPEUTICO LIBERTAÇÃO E VIDA  
Av. Severino Tavares Uchoa, S/N, Bela Vista - Igarassu/PE - CNPJ 11.856.588/0001-04  
Fone: (81) 3459-1880  
www.ctlibertacaoevida.com.br

ficha de evolução da enfermagem



as medicações são fornecidas pelas famílias e ficam em caixas. nesta havia receituário emitido pelo próprio psiquiatra assistente do estabelecimento junto aos medicamentos

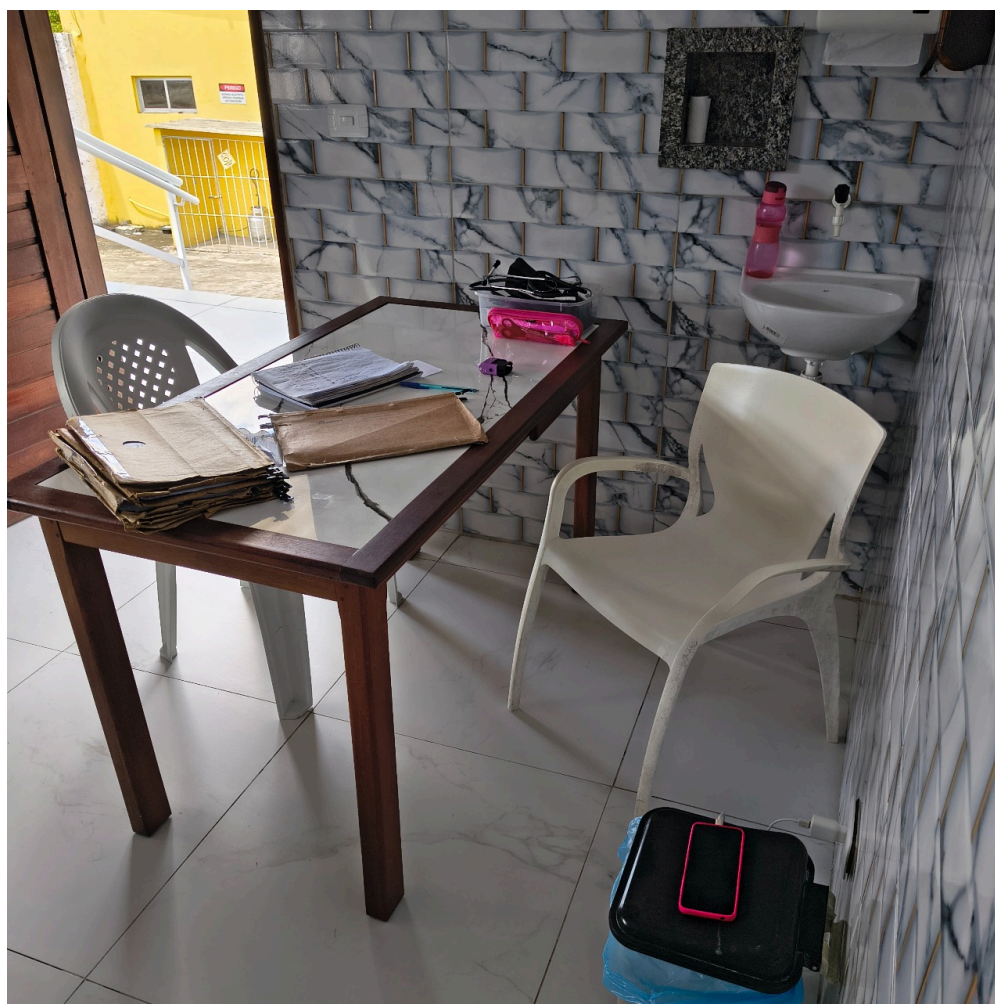


**Dr. Klecyus Cabral**  
**Médico Psiquiatra**  
 CRM/PE: 7484 / ROE: 4757  
 CRM/PE: 23765 / ROE: 14727  
 CRM/RN: 8337 - ROE: 2136

NOME: **PARLO ANGELO DE LIMA TAVARES** MÊS/ANO: **08/2025**

Medicamento	Prescrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
NEOZINE 25MG	M																															
0 + 0 + 1	T																															
DIAZEPAM 10 MG	M																															
0 + 0 + 1	T																															
FENERGAN 25 MG	M																															
0 + 0 + 1	T																															
DSARTANA 50MG	M																															
1 + 0 + 1	T																															
	N																															
	M																															
	T																															
	N																															
	M																															
	T																															
	N																															

ficha de prescrição médica com checagem da equipe de enfermagem





a área de observação clínica conta com leito único sem lençóis e com cilindro de oxigênio sem fixação. não há materiais para situações de urgência

---





consultório médico único improvisado em sala administrativa, não conta com maca nem equipamentos de aferição

---



banheiro anexo ao consultório improvisado

---